

	UEM - Universidade Estadual de Maringá PAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DMP - DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO Av. Colombo, 5.790 - Bloco Q 07 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 Fones: (44) 3011-4221 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta www.uem.br email: (licitacao-pregao@uem.br).	
---	---	---



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Divisão de Compras, da Diretoria de Material e Patrimônio da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**, Autarquia Estadual instituída pela Lei Estadual nº 9.663/1991, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90046/2026 TIPO: MENOR PREÇO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI UASG: 926764	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: À partir das 08h do dia 29/05/2026 até 07h 59min do dia 17/06/2026. Início da sessão / disputa de lances: 08h do dia 17/06/2026. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	---

1 OBJETO:

1.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de manutenção predial, elétricos, laboratoriais, de copa e cozinha, limpeza e expediente.

1.2 O Objeto desta licitação é composto pelos itens a seguir relacionados, cujas especificações detalhadas estão nos respectivos **Termos de Referência** que compõem o **Anexo I** deste Edital:

Item	Cod.GMS Cod. CATMAT	Especificação	Qtde	Unid	VI. Máx Unit (Critério de aceitabilidade de preços)	VI. Máx Total	Anexo Correspondeen te
1	4901 – 33936 365465	Arame	1	UN	R\$ 242,15	R\$ 242,15	ANEXO I-A
2	8004-102449 386956	Cola	16	UN	R\$ 56,18	R\$ 898,88	ANEXO I-A
3	5305-92036 604137	Cinta de lixa	6	UN	R\$ 158,31	R\$ 949,86	ANEXO I-A
4	5305-80102 604371	Disco de corte, 3/4"	12	UN	R\$ 19,72	R\$ 236,64	ANEXO I-A
5	5305-100729 625254	Disco Desbaste	8	UN	R\$ 11,55	R\$ 92,40	ANEXO I-A
6	5305 – 4775 360685	Lixa D'água, Nº 120	50	UN	R\$ 2,18	R\$ 109,00	ANEXO I-A
7	5305 – 4967	Lixa D'água, Nº 180	50	UN	R\$ 2,04	R\$ 102,00	ANEXO I-A

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.
Atualização: maio 2025



	360684						
8	5305 – 28693 322367	Lixa D'água, Nº 320	50	UN	R\$ 1,98	R\$ 99,00	ANEXO I-A
9	5301 – 47304 443263	Parafuso para madeira, 3,5x25mm	10	UN	R\$ 14,42	R\$ 144,20	ANEXO I-A
10	5301 – 29747 415653	Parafuso, Philips, 4,0 X 50 mm	18	UN	R\$ 15,84	R\$ 285,12	ANEXO I-A
11	5301 – 66153 619599	Parafuso, Philips, 3,5 x 40mm	18	UN	R\$ 12,37	R\$ 222,66	ANEXO I-A
12	5301 – 80980 346590	Parafuso, Philips, 3,5 X 16mm	25	UN	R\$ 12,03	R\$ 300,75	ANEXO I-A
13	8003 – 80956 465507	Massa para madeira	8	UN	R\$ 18,91	R\$ 151,28	ANEXO I-A
14	7106 - 102829 465602	Suporte Tipo Cantoneira	600	UN	R\$ 1,83	R\$ 1.098,00	ANEXO I-A
15	5301-102651 437120	Pino, TIPO: Cabeça F	2	UN	R\$ 39,21	R\$ 78,42	ANEXO I-A
16	8001 – 84367 301501	Selador	18	UN	R\$ 147,61	R\$ 2.656,98	ANEXO I-A
17	9502-110865 452570	Perfil, TIPO: "U"	15	UN	R\$ 91,56	R\$ 1.373,40	ANEXO I-A
18	7106-113756 240300	Ponteira, TIPO: Interna	30	UN	R\$ 0,80	R\$ 24,00	ANEXO I-A
19	7106 – 90755 240300	Tampa, USO: Acabamento para pés de metalon	120	UN	R\$ 1,34	R\$ 160,80	ANEXO I-A
20	5301 – 67620 622687	Bucha, TIPO: S	1000	UN	R\$ 0,21	R\$ 210,00	ANEXO I-A
21	9502-110930 636323	Barra de Metalon Altura: 50mm, Largura: 50mm	10	UN	R\$ 127,38	R\$ 1.273,80	ANEXO I-A
22	9502-110931 633010	Barra de Metalon Altura: 15mm, Largura: 15mm	25	UN	R\$ 48,94	R\$ 1.223,50	ANEXO I-A
23	9502-85958 360616	Tubo, material: Metalon	12	UN	R\$ 71,37	R\$ 856,44	ANEXO I-A
24	5301 – 57584 336433	Parafuso, Autobrocante, cabeça flangeada	10	UN	R\$ 10,65	R\$ 106,50	ANEXO I-A
25	5301 – 59324 415653	Parafuso, Autobrocante Sextavado	1000	UN	R\$ 0,35	R\$ 350,00	ANEXO I-A
26	8001 – 4596 453111	Thinner	2	UN	R\$ 101,88	R\$ 203,76	ANEXO I-A
27	8001 – 4606 610539	Tinta, Esmalte sintético	2	UN	R\$ 78,41	R\$ 156,82	ANEXO I-A
28	9502-112935 614003	Perfil, TIPO: "M"	6	UN	R\$ 135,08	R\$ 810,48	ANEXO I-A
29	9501 – 80958 292681	Laminado, TIPO: Melamínico TX-PF	35	UN	R\$ 301,78	R\$ 10.562,30	ANEXO I-A

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



30	9502-107161 614014	Perfil, TIPO: Cadeirainha fechada "h"	12	UN	R\$ 49,74	R\$ 596,88	ANEXO I-A
31	7106 – 71673 622829	Sapata, Regulável	200	UN	R\$ 2,29	R\$ 458,00	ANEXO I-A
32	7106 – 82291 600289	Rodízio, Giratório 3"	114	UN	R\$ 18,98	R\$ 2.163,72	ANEXO I-A
33	7106-112900 633017	Rodízio, TIPO: Quádruplo	22	UN	R\$ 55,54	R\$ 1.221,88	ANEXO I-A
34	9502-113004 462358	Perfil, TIPO: Trilho	6	UN	R\$ 153,41	R\$ 920,46	ANEXO I-A
35	7106 – 75245 238411	Puxador, Meia lua	70	UN	R\$ 11,46	R\$ 802,20	ANEXO I-A
36	5903– 115910 628656	Passa Fio	50	UN	R\$ 5,25	R\$ 262,50	ANEXO I-A
37	6607 – 59392 437485	Acetato de Sódio	3	UN	R\$ 25,98	R\$ 77,94	ANEXO I-B
38	6607 – 54067 459264	Acetona	1	UN	R\$ 42,90	R\$ 42,90	ANEXO I-B
39	6607 – 26459 618744	Alcool etílico	6	UN	R\$ 43,77	R\$ 262,62	ANEXO I-B
40	7907 – 64015 407762	Álcool Isopropílico	2	UN	R\$ 40,56	R\$ 81,12	ANEXO I-B
41	6607 – 25774 412573	Ácido nítrico	2	UN	R\$ 83,16	R\$ 166,32	ANEXO I-B
42	6607 – 96327 347156	Ácido Oxálico	1	UN	R\$ 36,06	R\$ 36,06	ANEXO I-B
43	6607 – 27804 436685	Diclorometano	1	UN	R\$ 56,00	R\$ 56,00	ANEXO I-B
44	6607 – 61663 459248	Éter Etílico PA	2	FR	R\$ 119,40	R\$ 238,80	ANEXO I-B
45	6607 – 57241 420612	Glicose Anidra	1	UN	R\$ 24,77	R\$ 24,77	ANEXO I-B
46	6607 – 55564 432626	Glicerina	1	UN	R\$ 40,91	R\$ 40,91	ANEXO I-B
47	6607 – 77455 374025	Iodato de potássio	1	UN	R\$ 101,03	R\$ 101,03	ANEXO I-B
48	6607 – 54133 613574	Hidróxido de amônio	1	UN	R\$ 31,67	R\$ 31,67	ANEXO I-B
49	6607 – 46456 445526	Hidróxido de Sódio	1	UN	R\$ 16,52	R\$ 16,52	ANEXO I-B
50	6607 – 58859 615175	Solução padrão de condutividade	2	UN	R\$ 98,74	R\$ 197,48	ANEXO I-B
51	6607 – 69198 327699	Permanganato de Potássio PA	1	UN	R\$ 78,61	R\$ 78,61	ANEXO I-B
52	6607 – 25108 461991	Solução Tampão pH 4,00	1	UN	R\$ 46,08	R\$ 46,08	ANEXO I-B
53	6607 – 25346 416878	Solução Tampão pH 7,00	1	UN	R\$ 50,60	R\$ 50,60	ANEXO I-B

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



54	6607 – 69589 391748	Solução Tampão pH 10,0	1	UN	R\$ 39,49	R\$ 39,49	ANEXO I-B
55	6602 – 7734 419773	Becker de vidro 50ml	6	UN	R\$ 7,26	R\$ 43,56	ANEXO I-B
56	6602 – 7728 606217	Becker de vidro 100ml	12	UN	R\$ 5,97	R\$ 71,64	ANEXO I-B
57	6602 – 7732 634857	Becker de vidro 250ml	12	UN	R\$ 9,30	R\$ 111,60	ANEXO I-B
58	6602 – 7729 479703	Becker de vidro 1000ml	6	UN	R\$ 29,79	R\$ 178,74	ANEXO I-B
59	6602 – 53139 630773	Bureta de vidro	3	UN	R\$ 93,18	R\$ 279,54	ANEXO I-B
60	6602 – 59462 633233	Escova para Lavagem de Vidraria, 10mm	10	UN	R\$ 12,15	R\$ 121,50	ANEXO I-B
61	6602 – 65905 633231	Escova para Lavagem de Vidraria, 20mm	10	UN	R\$ 13,00	R\$ 130,00	ANEXO I-B
62	6602 – 4769 420830	Espátula, Para laboratório	10	UN	R\$ 11,59	R\$ 115,90	ANEXO I-B
63	6607-102709 428463	Papel indicador de pH	3	UN	R\$ 97,60	R\$ 292,80	ANEXO I-B
64	6601 – 55680 408318	Papel de Filtro Qualitativo 80g	3	CX	R\$ 15,00	R\$ 45,00	ANEXO I-B
65	6601 – 81483 408335	Papel filtro, TIPO: Quantitativo C40	1	UN	R\$ 94,34	R\$ 94,34	ANEXO I-B
66	6601 – 76184 423975	Pipeta, TIPO: Pasteur	2	UN	R\$ 51,93	R\$ 103,86	ANEXO I-B
67	6602 – 59490 408655	Pipetador PI-Pump	3	UN	R\$ 31,70	R\$ 95,10	ANEXO I-B
68	6602 – 59489 409534	Pipetador de Segurança	8	UN	R\$ 34,87	R\$ 278,96	ANEXO I-B
69	6602 – 44001 416198	Proveta de vidro graduada, 10 mL	10	UN	R\$ 11,09	R\$ 110,90	ANEXO I-B
70	6602 – 7481 429512	Proveta, Graduada, Vidro, 100ml	10	UN	R\$ 20,02	R\$ 200,20	ANEXO I-B
71	6601 – 22600 438916	Proveta de vidro graduada, 500 mL	3	UN	R\$ 64,46	R\$ 193,38	ANEXO I-B
72	6601 – 53148 423862	Proveta, Em vidro, 1000 ml	3	UN	R\$ 64,88	R\$ 194,64	ANEXO I-B
73	6602 – 8365 414676	Tela de amianto	20	UN	R\$ 22,93	R\$ 458,60	ANEXO I-B
74	7303 – 59057 485789	Tigela redonda	4	UN	R\$ 121,02	R\$ 484,08	ANEXO I-C
75	7303 – 18334 455573	Faca para carne	4	UN	R\$ 102,32	R\$ 409,28	ANEXO I-C
76	7303-101123 631649	Tábua para corte	10	UN	R\$ 79,87	R\$ 798,70	ANEXO I-C
77	7303-113507 623407	Bailarina para bolo	3	UN	R\$ 55,99	R\$ 167,97	ANEXO I-C

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025

78	7303 – 86532 450225	Rolo para massa	5	UN	R\$ 48,87	R\$ 244,35	ANEXO I-C
79	7303 – 42265 328792	Espátula	6	UN	R\$ 24,28	R\$ 145,68	ANEXO I-C
80	7303 – 42266 484178	Kit para confeitar bolos	2	UN	R\$ 69,29	R\$ 138,58	ANEXO I-C
81	7303-106481 464994	Saco Manga	5	UN	R\$ 31,39	R\$ 156,95	ANEXO I-C
82	7303 – 42244 623407	Forma redonda	3	UN	R\$ 68,36	R\$ 205,08	ANEXO I-C
83	7303 – 36772 616972	Panela de pressão	2	UN	R\$ 206,48	R\$ 412,96	ANEXO I-C
84	7303 – 74650 616482	Frigideira	3	UN	R\$ 148,82	R\$ 446,46	ANEXO I-C
85	7504 – 42053 279208	Fita adesiva, TIPO: Mágica	150	UN	R\$ 18,67	R\$ 2.800,50	ANEXO I-D
86	7910 – 29492 629855	Lixeira, 30 litros	4	UN	R\$ 107,22	R\$ 428,88	ANEXO I-E
87	7910 – 18445 259224	Lixeira, 5 litros	20	UN	R\$ 62,12	R\$ 1.242,40	ANEXO I-E
88	7910-114399 275087	Lixeira, 10 litros	55	UN	R\$ 28,98	R\$ 1.593,90	ANEXO I-E

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 45.789,73 (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 4532.12.364.34.8122;

Elemento da despesa: 33903016, 33903021, 33903022, 33903024, 33903025, 33903026, 33903035;

Fonte: 500 e 703.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRAS.GOV.BR. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras/pt-br.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao.zul.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Vanessa Carvalho Fenelon e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 282/2023, 1018/2023 e 665/2025-GRE, servidores(as) do(a) Universidade Estadual de Maringá, ou em seus impedimentos por seus suplentes.

E-mail: licitacao-pregao@uem.br

Telefones: (44) 3011-4182

Endereço: Avenida Colombo, 5790 – CEP 87020-900, Maringá / Paraná

O atendimento será feito no horário das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h30min.



5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço eletrônico licitacao-pregao@uem.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(ns), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 CONSÓRCIO:

5.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

6 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Anexo à Nota de Empenho;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRAS.GOV.BR, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.compras.gov.br ou, ainda, por meio do telefone **0800 978 9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



2.6. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca.

4.2 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.2.

5.24 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.



6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 Os licitantes deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência;

8.1.2 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa;

8.1.3 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.3.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do



respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.4 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.5 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item/lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11.9 Nos casos em que não for celebrado Contrato, fica valendo o estabelecido o Anexo à Nota de Empenho.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item e/ou lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – Foro de Maringá, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Maringá, 28 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente)
Robson Gonçalves da Silva
DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

(Assinado digitalmente)
Vanessa Carvalho Fenelon
Pregoeira

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025

ANEXO I-A

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta	
--	--	--



TERMO DE REFERÊNCIA
CORRESPONDE AOS ITENS 01 A 36

1. OBJETO

Aquisição de materiais de marcenaria e serralheria para fabricação de móveis planejados para atender a demanda do Museu de Geologia da Universidade Estadual de Maringá, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Descrição	Qtde.	Un.	Valor Máx. Unit.(critério de aceitabilidade de preços)	Valor Máx. Total
1	4901 - 33936	365465	Arame, Uso para solda MIG/MAG ER70S(carbono), ESPESSURA:0,8mm, EMBALAGEM: Bobina com 5kg	1	Un	R\$ 242,15	R\$ 242,15
2	8004.-102449	386956	Cola para madeira PUR, EMBALAGEM: frasco com 500G para Madeira, Cura total em 24 horas, composição química Base de poliuretano UNID. DE MEDIDA: Unitário	16	Un	R\$ 56,18	R\$ 898,88
3	5305 - 92036	604137	Cinta de lixa TIPO: Grão óxido de alumínio (marrom), pano (720x15) cm grão 100.USO: Para lixadeira de cinta, COMPOSIÇÃO: Costado do produto: algodão (pano), Colagem do abrasivo: Resina sobre resina, EMBALAGEM: Individual, UNID. DE MEDIDA:Unitário	6	Un	R\$ 158,31	R\$ 949,86
4	5305 - 80102	604371	Disco de corte MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: 12-2T.3/4"	12	Un	R\$ 19,72	R\$ 236,64
5	5305 100729	-625254	Disco de desbaste 7 Disco, TIPO: Desbaste, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: Diâmetro™Diâmetro do furo: 7/8", Espessura: 1/4", UNID. DE MEDIDA: Unitário	8	Un	R\$ 11,55	R\$ 92,40
6	5305 - 4775	360685	Lixa manual para madeira G.120	50	Un	R\$ 2,18	R\$ 109,00
7	5305 - 4967	360684	Lixa manual para madeira G.180	50	Un	R\$ 2,04	R\$ 102,00
8	5305 - 28693	322367	Lixa manual para madeira G.320	50	Un	R\$ 1,98	R\$ 99,00
9	5301 - 47304	443263	Parafuso chipboard , cabeça	10	Un	R\$ 14,42	R\$ 144,20



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF:
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



			chata, Material: Aço carbono, DIMENSÃO 3,5x25 mm. Fenda cruzada. Pacote com 100 unidades.				
10	5301 - 29747	415653	Parafuso, TIPO: Philips, Cabeça Chata, Para madeira, DIMENSÃO: 4,0x50 mm. Pacote com 100 unidades.	18	UN	R\$ 15,84	R\$ 285,12
11	5301 - 66153	619599	Parafuso, TIPO: Philips, cabeça, chata, Material aço carbono DIMENSÃO: 3,5x40 mm. Rosca Auto Atarraxane. Pacote com 100 unidades.	18	Un	R\$ 12,37	R\$ 222,66
12	5301 - 80980	346590	Parafuso, TIPO: Philips, cabeça chata. Material aço carbono DIMENSÃO: 3,5 x 16 mm, EMBALAGEM: Pacote com 100 unidades.	25	UN	R\$ 12,03	R\$ 300,75
13	8003 - 80956	465507	Massa para madeira, Cor marfim Pote com 225g	8	Un	R\$ 18,91	R\$ 151,28
14	7106 102829	-465602	Suporte tipo cantoneira universal 3 furos USO: Montagem de móveis, Material: Aço. Comp: 48mm, Largura: 22mm, Espessura: 1,9mm (variação +/- 10%)	600	Un	R\$ 1,83	R\$ 1.098,00
15	5301 102651	-437120	Pino em aço com cabeça F-2 Uso: Pinador pneumático. Material Aço carbono Dimensão comprimento: 25mm, espessura : 1mm. Pacote com 5000 unidades	2	Un	R\$ 39,21	R\$ 78,42
16	800184367	301501	Selador, COR: Incolor, USO: Interno e externo, EMBALAGEM: Galão de 3,6 litros, À base de nitrocelulose, solventes hidrocarbonetos aromáticos a álcoois, acetatos e aditivos. ACABAMENTO: Acetinado, UNID. DE MEDIDA: Unitário	18	Un	R\$ 147,61	R\$ 2.656,98
17	9502 110865	-452570	Perfil, TIPO: Em "U", MATERIAL: Alumínio DIMENSÃO: Altura: 3/8", Aba: 8mm, Comprimento: 6m. Para acabamento de móveis, guia/trilho, estrutura leve	15	Un	R\$ 91,56	R\$ 1.373,40
18	710690755	240300	Ponteira tipo interna, Uso metalon, material: Plástico, FORMATO: Quadrado, MEDIDA Largura: 20mm,	30	Un	R\$ 0,80	R\$ 24,00



Universidade Estadual de Maringá-UEM
Av. Colombo, 5.790-Câmpus Universitário-CEP: 87020-900
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta

CNPJ/MF:



			Comprimento: 20mm, COR: Preto				
19	7106-90755	240300	Tampa, USO: Acabamento para pés de metalon, MATERIAL: Plástico, DIMENSÃO: 30mm x 50mm,	120	Un	R\$ 1,34	R\$ 160,80
20	5301 - 67620	622687	Bucha S08 mm, 40mm. Diâmetro do Parafuso (indicado): 4,5 - 6mm, MATERIAL: Nylon, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1000	Un	R\$ 0,21	R\$ 210,00
21	9502 -110930	636323	Barra, MATERIAL: Metalon DIMENSÃO: Comprimento: 6m, Altura: 50mm, Largura: 50mm, Espessura: 1,2mm	10	Un	R\$ 127,38	R\$ 1.273,80
22	9502 -110931	633010	Barra, MATERIAL: Metalon. DIMENSÃO: Comprimento: 6m, Altura: 15mm, Largura: 15mm, Espessura: 1,2mm,	25	Un	R\$ 48,94	R\$ 1.223,50
23	9502-85958	360616	Tubo, Material: Metalon, Formato Quadrado, DIMENSÃO: 30mm x 30mm, Espessura: 1,2mm, Comprimento: 6m	12	Un	R\$ 71,37	R\$ 856,44
24	5301 - 57584	336433	Parafuso, Tipo: Autobrocante, cabeça flangeada, MATERIAL: Aço carbono, DIMENSÃO: 4,2mm x 19mm. Pacote com 100 unidade	10	Un	R\$ 10,65	R\$ 106,50
25	5301 - 59324	415653	Parafuso, Tipo: Autobrocante Sextavado, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: 6,0mm x 50mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1000	Un	R\$ 0,35	R\$ 350,00
26	8001 - 4596	453111	Thinner, COMPOSIÇÃO : Hidrocarbonetos aromáticos, 5litros álcoois e ésteres, ASPECTO: Líquido, APLICAÇÃO: Solvente para diluição de tintas e limpeza de materiais utilizados em pinturas em geral, Lata com tampa e lacre de segurança contendo 5 litros, UNID. DE MEDIDA: Unitário	2	Un	R\$ 101,88	R\$ 203,76
27	8001 - 4606	610539	Tinta , Esmalte sintético, Para construção civil COR: Diversas, ACABAMENTO: Fosco, APLICAÇÃO: Metal e madeira, Lata 3,6 litros, UNID. DE MEDIDA: Unitário	2	Un	R\$ 78,41	R\$ 156,82
28	9502 -112935	614003	Perfil, TIPO: Em "M", MATERIAL: Aço carbono, DIMENSÃO: Altura: 20mm, Aba: 55mm, Espessura: 1,2mm, Comprimento: 3m, destinado à estrutura de mobiliário. UNID. DE MEDIDA: Unitário	6	Un	R\$ 135,08	R\$ 810,48
29	9501 - 80958	292681	Laminado, TIPO: Melamínico	35	Un	R\$ 301,78	R\$ 10.562,30





Universidade Estadual de Maringá-UEM
Av.Colombo,5.790-Câmpus Universitário-CEP:87020-900
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual:Isenta

CNPJ/MF:



			TX-PF, COR: Cinza platina, MEDIDAS: 3,08 X 2,14m				
30	9502 -107161	614014	Perfil, TIPO: Cadeirinha fechada "h" MATERIAL: Aço carbono, DIMENSÃO: Altura: 2,5cm, Largura: 10cm Comprimento: 300cm (variação de +/- 10%),destinado à estrutura de mobiliário UNID. DE MEDIDA: Unitário	12	Un	R\$ 49,74	R\$ 596,88
31	7106 - 71673	622829	Sapata, TIPO: Regulável, MEDIDA: 21mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com bucha de plástico, UNID. DE MEDIDA: Unitário	200	Un	R\$ 2,29	R\$ 458,00
32	7106 - 82291	600289	Rodízio, TIPO: Giratório 3" MATERIAL: Com placa giratória e freios, CAPACIDADE DE CARGA: 60kg. UNID. DE MEDIDA: Unitário	114	Un	R\$ 18,98	R\$ 2.163,72
33	7106 -112900	633017	Rodizio, Tipo Quádruplo Material: aço MEDIDA: Largura: 25mm, Comprimento: 80mm, Altura: 70mm, Diâmetro das rodas: 1", destinado à aplicação em mobiliário.UNID. DE MEDIDA: Unitário	22	Un	R\$ 55,54	R\$ 1.221,88
34	9502 -113004	462358	Perfil, TIPO: Trilho, MATERIAL: Aço carbono. DIMENSÃO: Altura: 50mm, Largura: 50mm, Espessura:1,5mm, Comprimento: 3m, destinado à estrutura de mobiliário UNID. DE MEDIDA: Unitário	6	Un	R\$ 153,41	R\$ 920,46
35	7106 - 75245	238411	Puxador, TIPO: Meia lua, MATERIAL: Metal, ASPECTO: Cromado, COMPRIMENTO: 128mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	70	Un	R\$ 11,46	R\$ 802,20
36	5903- 115910	628656	Passa Fio, MATERIAL: Plástico, DIÂMETRO: 59mm, COR: Cinza	50	Un	R\$ 5,25	R\$ 262,50

1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

	<p>Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta</p>	
---	---	---



1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 são as mesmas constante na tabela

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os materiais em parcela única, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE), na Divisão de marcenaria da UEM, Bloco O11, situado na Avenida Colombo, 5790. CEP 87020-900- Maringá-PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO




2.1 A presente solicitação tem por objetivo a aquisição de materiais de marcenaria e serralheria destinados à confecção de mobiliário para o Museu de Geologia da Universidade Estadual de Maringá. A necessidade decorre do fato de que os móveis atualmente disponíveis encontram-se inadequados para a correta exposição, organização e conservação do acervo, prejudicando tanto a funcionalidade do espaço quanto a experiência dos visitantes. Assim, a aquisição visa proporcionar melhores condições de armazenamento e apresentação das peças, garantindo maior segurança, durabilidade e valorização do patrimônio científico e cultural.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Partindo da premissa da existência de uma marcenaria na UEM e da necessidade de organizar e consertar os acervos do Museu de Geologia a solução proposta consiste na aquisição dos materiais de marcenaria e serralheria necessários para a confecção do novo mobiliário do Museu de Geologia da Universidade Estadual de Maringá. Os móveis serão produzidos pelos servidores da marcenaria otimizando recursos públicos e garantindo o atendimento das especificidades técnicas e estéticas do espaço expositivo. Essa medida permitirá a adequação do mobiliário às dimensões e necessidades do acervo, assegurando maior qualidade, durabilidade e harmonia visual ao ambiente, além de promover a valorização do trabalho interno e a manutenção da identidade institucional.

Entre os móveis que serão confeccionados estão: expositores, bancadas, armários, balcão, mesas e prateleiras. Essa medida garantirá que os móveis sejam confeccionados de acordo com o layout, as dimensões e as necessidades específicas do acervo e das áreas de exposição, contribuindo para uma melhor organização, conservação e apresentação dos materiais geológicos. Além disso, o uso de materiais de qualidade e acabamentos adequados proporcionará maior durabilidade, segurança e harmonia visual ao ambiente, reforçando a identidade institucional e valorizando o patrimônio científico e cultural da UEM.

Dentre os móveis a serem executados estão expositores, bancadas, armários, balcões, mesas e prateleiras, todos projetados para facilitar o acesso e a visualização das peças, proteger os exemplares do acervo e criar um ambiente expositivo moderno, funcional e acolhedor.

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta		
---	--	---	--

A execução interna também promove a valorização do trabalho técnico dos servidores, fortalecendo a política de autossuficiência e sustentabilidade institucional, além de incentivar a integração entre os setores da Universidade na construção de espaços mais adequados à difusão do conhecimento científico.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III e IV Art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da **MÉDIA** dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.




Ite m	Qtd e	Uni d	Descrição	Valor.Máx.Unitá rio	Valor.Máx.Tot al
1	1	UN	Arame, USO: Para solda MIG/MAG	R\$ 242,15	R\$ 242,15
			Relatório Banco de preços	R\$ 242,15	
2	16	UN	Cola para Madeira, Embalagem: Frasco com 500ml. Demais	R\$ 56,18	R\$ 898,88
			Relatório Banco de preços	R\$ 56,18	
3	6	UN	Cinta de lixa,	R\$ 158,31	R\$ 949,86
			Relatório Banco de preços	R\$ 158,31	
4	12	UN	Disco de corte, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: 12-2T.3/4"	R\$ 19,72	R\$ 236,64
			Relatório Banco de preços	R\$ 19,72	
5	8	UN	Disco, TIPO: Desbaste, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: Diâmetro do disco: 7"	R\$ 11,55	R\$ 92,40
			Relatório Banco de preços	R\$ 11,55	
6	50	UN	Lixa, USO: Construção civil, TIPO: D'água, MATERIAL:	R\$ 2,18	R\$ 109,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 2,18	
7	50	UN	Lixa, TIPO: D'água,	R\$ 2,04	R\$ 102,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 2,04	
8	50	UN	Lixa, TIPO: De Água 320, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 1,98	R\$ 99,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 1,98	
9	10	UN	Parafuso para madeira, Chipboard, DIMENSÃO: 3,5x25mm,	R\$ 14,42	R\$ 144,20
			Relatório Banco de preços	R\$ 14,42	
10	18	UN	Parafuso, TIPO: Philips, Cabeça Chata, MEDIDA: 4,0	R\$ 15,84	R\$ 285,12
			Relatório Banco de preços	R\$ 15,84	
11	18	UN	Parafuso, TIPO: Philips, Cabeça	R\$ 12,37	R\$ 222,66



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF:
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



			Chata, MATERIAL: Aço		
			Relatório Banco de preços	R\$ 12,37	
12	25	UN	Parafuso, TIPO: Philips, Cabeça Chata, MATERIAL:	R\$ 12,03	R\$ 300,75
			Relatório Banco de preços	R\$ 12,03	
13	8	UN	Massa para madeira, COR: Marfim, EMBALAGEM:	R\$ 18,91	R\$ 151,28
			Relatório Banco de preços	R\$ 18,91	
14	600	UN	Suporte Tipo Cantoneira	R\$ 1,83	R\$ 1.098,00
			Fornecedor 1	R\$ 1,83	
15	2	UN	Pino, TIPO: Cabeça F	R\$ 39,21	R\$ 78,42
			Relatório Banco de preços	R\$ 39,21	
16	18	UN	Selador, COR: Incolor, USO: Interno e externo,	R\$ 147,61	R\$ 2.656,98
			Relatório Banco de preços	R\$ 147,61	
17	15	UN	Perfil, TIPO: Em "U", MATERIAL: Alumínio	R\$ 91,56	R\$ 1.373,40
			Relatório Banco de preços	R\$ 91,56	
18	30	UN	Ponteira, TIPO: Interna, USO: Metalon	R\$ 0,80	R\$ 24,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 0,80	
19	120	UN	Tampa, USO: Acabamento para pés de metalon,	R\$ 1,34	R\$ 160,80
			Relatório Banco de preços	R\$ 1,34	
20	1000	UN	Bucha, TIPO: S, MODELO: S8, 40mm, Diâmetro do Parafuso	R\$ 0,21	R\$ 210,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 0,21	
21	10	UN	Barra, MATERIAL: Metalon	R\$ 127,38	R\$ 1.273,80
			Relatório Banco de preços	R\$ 127,38	
22	25	UN	Barra, MATERIAL: Metalon	R\$ 48,94	R\$ 1.223,50
			Relatório Banco de preços	R\$ 48,94	
23	12	UN	Metalon 30 x 30 (chapa 18) 1,20mm x 6000mm	R\$ 71,37	R\$ 856,44
			Relatório Banco de preços	R\$ 71,37	
24	10	UN	Parafuso, Tipo: Autobrocante, cabeça flangeada, MATERIAL:	R\$ 10,65	R\$ 106,50
			Relatório Banco de preços	R\$ 10,65	
25	1000	UN	Parafuso, Tipo: Autobrocante Sextavado, MATERIAL:	R\$ 0,35	R\$ 350,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 0,35	
26	2	UN	Thinner, COMPOSIÇÃO: Hidrocarbonetos aromáticos, 5litros	R\$ 101,88	R\$ 203,76
			Relatório Banco de preços	R\$ 101,88	
27	2	UN	Tinta, Esmalte sintético para construção civil,	R\$ 78,41	R\$ 156,82
			Relatório Banco de preços	R\$ 78,41	
28	6	UN	Perfil, TIPO: Em "M", MATERIAL: Aço carbono	R\$ 135,08	R\$ 810,48

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta		
---	--	---	--

			Relatório Banco de preços	R\$ 135,08	
29	35	UN	Laminado, TIPO: Melamínico TX-PF, COR:	R\$ 301,78	R\$ 10.562,30
			Relatório Banco de preços	R\$ 301,78	
30	12	UN	Perfil, TIPO: Cadeirinha fechada "h"	R\$ 49,74	R\$ 596,88
			Relatório Banco de preços	R\$ 49,74	
31	200	UN	Sapata, TIPO: Regulável, MEDIDA: 21mm, CARACTERÍSTICAS	R\$ 2,29	R\$ 458,00
			Relatório Banco de preços	R\$ 2,29	
32	114	UN	Rodízio, TIPO: Giratório 3"	R\$ 18,98	R\$ 2.163,72
			Fornecedor 1	R\$ 18,98	
33	22	UN	Rodízio, TIPO: Quádruplo, MATERIAL: Aço	R\$ 55,54	R\$ 1.221,88
			Relatório Banco de preços	R\$ 55,54	
34	6	UN	Perfil, TIPO: Trilho, MATERIAL: Aço carbono	R\$ 153,41	R\$ 920,46
			Relatório Banco de preços	R\$ 153,41	
35	70	UN	Puxador, TIPO: Meia lua, MATERIAL: Metal, ASPECTO:	R\$ 11,46	R\$ 802,20
			Relatório Banco de preços	R\$ 11,46	
36	50	UN	Passa Fio, MATERIAL: Plástico, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	R\$ 5,25	R\$ 262,50
			Relatório Banco de preços	R\$ 5,25	

O item 3 não foi contemplado pelo inciso II do art. 5º da IN nº 65/2021, pois, após pesquisa no sistema Banco de Preços, não foram encontrados registros compatíveis com as especificações do objeto, mesmo com uso de diferentes palavras-chave.



Diante disso, foram adotadas alternativas previstas na legislação, como a solicitação de cotações junto a fornecedores, garantindo a adequada formação do preço estimado.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto não será parcelado, em razão de ser indivisível em sua essência.

6. SUSTENTABILIDADE

- 6.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 6.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental

	<p>Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta</p>	
---	---	---



em relação aos seus similares;

6.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.4 Considerar fornecedores locais para reduzir o impacto ambiental do transporte e apoiar a economia local.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 objeto dessa licitação/contratação é (são) classificado (s) como bem comum (ns), pois possui (em) especificação (ões) usual (is) de mercado e padrão (ões) de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única no almoxarifado Central da UEM, bloco O10, conforme endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.9 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações,



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF:
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade.

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.4 Considerar fornecedores locais para reduzir o impacto ambiental do transporte e apoiar a economia local.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa

	<p>Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta</p>	
--	--	--



execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta- corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso está não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} = \frac{6}{100} = 0,00016438$$



TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há necessidade de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

	<p>Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta</p>	
---	---	---



12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto ser uma compra de material de consumo, conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material e pagamento único.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS






Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF:
79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação - secretaria 09.00.10.0
Dotação: 4532.12.364.34.8122
Programa de Trabalho: 2.09.284.4316
Fonte: 703
Elemento de Despesa: 33903024, 33903025 e 33903026.

19.2 Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, informado no Estudo preliminar ETP e conforme os números de Ordens na tabela abaixo encaminhado à secretaria de Planejamento do estado do Paraná. Disponibilizado no endereço eletrônico : <https://planejamento.pr.gov.br/pagina/plano-de-contratacoes-Anual-do-estdo-PCA-E-2026>.

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento	
Número de ordem	Tipo de item
2118	Arame para solda
2126	Cola para madeira
2124	Cinta de lixa
2120	Disco de corte
2122	Disco de debaste 7
2123	Lixa 120
2123	Lixa 180
2123	Lixa 320
11031	Parafuso chipboard, fenda cruzada, Uso: Para madeira, DIMENSÃO: (3,5x 25) mm
2162	Parafuso Philips, cabeça chata, Material: Aço carbono, DIMENSÃO (4,0x50)
11032	Parafuso, TIPO: Philips, cabeça, chata DIMENSÃO: (3,5x40) mm
11033	Parafuso, TIPO: Philips, cabeça chata, DIMENSÃO: 3,5 x 16mm, EMBALAGEM: autorrachante
2107	Massa para madeira
1376	Cantoneira em L 40x40 MATERIAL: Aço
11026	Pino Pinador
2127	Selador fundo transparente
362	Perfil “U” baquete
11028	Tampa plástica p metalon 30x50
11028	Tampa plástica p metalon 20x20
480	Bucha S08
399	Metalon
399	Metalon
399	Metalon
2136	parafuso
2136	parafuso
8219	Thinner
2129	Tinta
11030	Perfil superior M
2131	Laminado Melamínico
3294	Perfil cadeirinha
2137	Sapata noveladora
4104	Rodízio, TIPO: Giratório 3" MATERIAL: Com placa giratória e freios, CAPACIDADE DE CARGA: 60kg,

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta		
---	--	---	--

10695	Rodizio quadruplo porta
11029	Perfil trilho para porta de correr, DIMENSÃO: Altura: 50mm, Largura: 50mm, Espessura: 1,5mm. Chapa 16 c 3 metros.
2135	Puxador meia lua
11027	Passa fio

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar

Maringá, 15 de março de 2026.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

gov.br
Documento assinado digitalmente
IRACEMA CAPELLI STEM MENOCCHI
Data: 12/05/2026 16:17:45-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Iracema Capelli Stem Menocci
Técnico administrativo

ANEXO I-B

	UEM - Universidade Estadual de Maringá Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta	
--	---	--



TERMO DE REFERÊNCIA

CORRESPONDE AOS ITENS 37 A 73

1 OBJETO

1.1 A aquisição do material visa atender ao laboratório química do curso de engenharia civil e engenharia de alimentos do departamento de tecnologia DTC, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód.Catmat	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	6607.59392	437485	Acetato de sódio 500 gr	3	Unidade	R\$ 25,98	R\$ 77,94
2	6607.54067	459264	Acetona 1 L	1	Unidade	R\$ 42,90	R\$ 42,90
3	6607.26459	618744	Álcool Etilico Absoluto 1 L	6	Unidade	R\$ 43,77	R\$ 262,62
4	7907.64015	407762	Álcool Isopropilico 1L	2	Unidade	R\$ 40,56	R\$ 81,12
5	6607.25774	412573	Ácido Nítrico 1 L	2	Unidade	R\$ 83,16	R\$ 166,32
6	6607.96327	347156	Ácido Oxálico 500 gr	1	Unidade	R\$ 36,06	R\$ 36,06
7	6607.27804	436685	Diclorometano 1 L	1	Unidade	R\$ 56,00	R\$ 56,00
8	6607.61663	459248	Eter Etilico 1000mL	2	Unidade	R\$ 119,40	R\$ 238,80
9	6607.57241	420612	Glicose Anidra (Dextrose 250 gr)	1	Unidade	R\$ 24,77	R\$ 24,77
10	6607.55564	432626	Glicerina 1L	1	Unidade	R\$ 40,91	R\$ 40,91
11	6607.77455	374025	Iodato de Potassio 100 g	1	Unidade	R\$ 101,03	R\$ 101,03
12	6607.54133	613574	Hidróxido de Amônio 1 L	1	Unidade	R\$ 31,67	R\$ 31,67
13	6607.46456	445526	Hidróxido de Sódio 500 gr	1	Unidade	R\$ 16,52	R\$ 16,52
14	6607.58859	615175	Solução padrão de condutividade 250 ml	2	Unidade	R\$ 98,74	R\$ 197,48
15	6607.69198	327699	Permanganato de Potassio 100 gr	1	Unidade	R\$ 78,61	R\$ 78,61
16	6607.25108	461991	Solução tampão Ph 4 500 ml	1	Unidade	R\$ 46,08	R\$ 46,08
17	6607.25346	416878	Solução tampão Ph 7 500 ml	1	Unidade	R\$ 50,60	R\$ 50,60
18	6607.69589	391748	Solução tampão Ph 10 500 ml	1	Unidade	R\$ 39,49	R\$ 39,49
19	6602.7734	419773	Becker de vidro 50 ml	6	Unidade	R\$ 7,26	R\$ 43,56
20	6602.7728	606217	Becker de vidro 100 ml	12	Unidade	R\$ 5,97	R\$ 71,64
21	6602.7732	634857	becker de vidro 250 ml	12	Unidade	R\$ 9,30	R\$ 111,60
22	6602.7729	479703	Becker de vidro 1000 ml	6	Unidade	R\$ 29,79	R\$ 178,74
23	6602.53139	630773	Bureta de vidro 25 ml	3	Unidade	R\$ 93,18	R\$ 279,54
24	6602.59462	633233	Escova para lavagem 10mm	10	Unidade	R\$ 12,15	R\$ 121,50
25	6602.65905	633231	Escova para lavagem 20mm	10	Unidade	R\$ 13,00	R\$ 130,00
26	6602.4769	420830	Espátula de Inox 17cm	10	Unidade	R\$ 11,59	R\$ 115,90
27	6607.102709	428463	Papel Indicador (Ph 0-	3	Unidade	R\$ 97,60	R\$ 292,80

TERMO DE REFERÊNCIA



			14) caixa com 100 tiras				
28	6601.55680	408318	Papel Filtro Qualitativo cx com 100 unidades , 80gr 50 cm	3	caixas	R\$ 15,00	R\$ 45,00
29	6601.81483	408335	Papel filtro Quantitativo Cx com 100 unidades	1	Unidade	R\$ 94,34	R\$ 94,34
30	6601.76184	423975	Pipeta Pasteur 3 ml descartável e graduada cx com 500 unidades	2	Unidade	R\$ 51,93	R\$ 103,86
31	6602.59490	408655	Pipetador Pi-pamp 10 ml	3	Unidade	R\$ 31,70	R\$ 95,10
32	6602.59489	409534	Pipetador 3 vias , formato esfera	8	Unidade	R\$ 34,87	R\$ 278,96
33	6602.44001	416198	Proveta de vidro borossilicato 10 ml, base hexagonal	10	Unidade	R\$ 11,09	R\$ 110,90
34	6602.7481	429512	Proveta de vidro 100 ml, sem tampa e graduada	10	Unidade	R\$ 20,02	R\$ 200,20
35	6601.22600	438916	Proveta de vidro 500 ml, base hexagonal em polipropileno , mat em vidro classe A	3	Unidade	R\$ 64,46	R\$ 193,38
36	6601.53148	423862	Proveta graduada de vidro 1L	3	Unidade	R\$ 64,88	R\$ 194,64
37	6602.8365	414676	Tela de Amianto 14x14cm	20	Unidade	R\$ 22,93	R\$ 458,60

1.1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1

Item 1 - Acetato de Sódio PA, FÓRMULA QUÍMICA: $C_2H_3NaO_2$, EMBALAGEM: Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 2 - Acetona, PA, EMBALAGEM: 1000ml, Teor mínimo, 98%, fórmula molecular C_3H_6O , UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 3 - Alcool etílico absoluto (etanol) P.A, reag. ACS. Densidade ,Espec.(20°C) 0,790 - 0,793 g/cm³ M = 46,07 g/mol, EMBALAGEM: Frasco 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 4 - Álcool Isopropílico 99,9%, EMBALAGEM: Frasco com 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 5 - Ácido nítrico PA, ACS, CAS 7697-37-2, teor de pureza , EMBALAGEM: Frasco com 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 6 - Ácido Oxálico Dihidratado PA, Reagente, TIPO: Ácido Oxálico Dihidratado PA, CAS: 6153-56-6, FÓRMULA QUÍMICA: $C_2H_2O_4 \cdot 2H_2O$, EMBALAGEM: Frasco com 500g

Item 7 - Diclorometano, Grau de pureza mínima de 99%, Reagente ,p.a., Número de referência química c.a.s 75-09-2, Frasco de 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 8 - Éter Etílico PA ACS ISO, FÓRMULA QUÍMICA: $(C_2H_5)_2O$, Teor de pureza (CG) mínima: 99.5%, EMBALAGEM: Frasco com 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Frasco

Item 9 - Glicose, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações ,de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 10 - Glicerina PA, ACS, PM 92,1, Pureza mínima 99,5%, CAS ,Frasco 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 11 - Reagente, TIPO: Iodato de potássio PA , FÓRMULA QUÍMICA: KIO_3 , EMBALAGEM: Frasco com 100g, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 12 - Hidróxido de amônio, PA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Ensaio acidimétrico, NH₃ Min, 25,0%,

Item 13 - Hidróxido de Sódio P.A, Fórmula Química: NaOH, Peso ,Molecular: 40,0 g/mol, Pureza Mínima: 99% , Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário

TERMO DE REFERÊNCIA



- Item 14 - Solução padrão de condutividade 146,9 mS/cm, EMBALAGEM: Frasco com 250 mL, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 15 - Permanganato de Potássio PA, EMBALAGEM: Frasco com 100g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 16 - Solução líquida, Tampão pH 4,00, pronta para uso, EMBALAGEM: Frasco de 500ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 17 - Solução Tampão pH 7,00, Pronta para Uso, EMBALAGEM: 500mL, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 18 - Solução Tampão pH 10,0, Pronta para Uso, EMBALAGEM: Frasco com 500ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 19 - Becker, Copo de vidro, Graduado, VOLUME: 50ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 20 - Becker, Copo de vidro, Graduado, VOLUME: 100ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 21 - Becker, Material: Polipropileno, Capacidade: 250ml, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 22 - Becker, Copo de vidro, Graduado, VOLUME: 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 23 - Bureta de vidro, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 25mL, graduada, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 24 - Escova para Lavagem de Vidraria, DIMENSÃO: 10mm, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 25 - Escova para Lavagem de Vidraria, DIMENSÃO: 20mm, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 26 - Espátula, Para laboratório, MATERIAL: Aço inox, Uma extremidade com colher e outra plana, TAMANHO: 17cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 27 - Papel indicador de pH, USO: Para soluções aquosas, para análises quantitativas de pH na faixa de 0 a 14, EMBALAGEM: Caixa com 100 tiras, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 28 - Papel de Filtro Qualitativo 80g 50cm, EMBALAGEM: Caixa com 100 unidades, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 29 - Papel filtro, TIPO: Quantitativo C40, DIÂMETRO: 12,5cm, GRAMATURA MÍNIMA: 75g/m², EMBALAGEM: Caixa com 100 unidades, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 30 - Pipeta Pasteur graduada, descartável, 3 mL, Pipeta, TIPO: Pasteur, MATERIAL: Polietileno, VOLUME: 3ml, EMBALAGEM: Pacote com 500 unidades, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Descartável e graduada
- Item 31 - Pipetador PI-Pump, MATERIAL: Moldado em plástico resistente, CAPACIDADE: 10ml, COR: Verde, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 32 - Pipetador de Segurança, Com 3 válvulas COR: Verde, MATERIAL: PVC, FORMATO: Esfera, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 33 - Proveta em vidro Borosilicato 3,3, VOLUME: 10ml, Graduada a +/- 3% de limite de erro, Com base de vidro hexagonal, Classe A, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 34 - Proveta, Graduada, Vidro, VOLUME: 100ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Sem tampa, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 35 - Proveta, Em Vidro Classe A, Graduada, com Limite de Erro de 1% e Base Hexagonal em Polipropileno, VOLUME: 500ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 36 - Proveta, Em vidro, VOLUME: 1000 ml, Com base em polietileno, escala de métrica única, graduada, TD, Calibrada, Com graduações em esmalte branco e com pára-choques protetores de polietileno, UNID. DE MEDIDA: Unitário
- Item 37 - Tela de amianto, MEDIDA: 14x14cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 – Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 – A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os Materiais, em uma única parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias cotados a partir do empenho no Almoxarifado da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os laboratórios de química do departamento de tecnologia da Universidade Estadual de Maringá, Campus de Umuarama desempenham papel fundamental na formação acadêmica e técnica e são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de formação acadêmica, bem como para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação do Curso de Engenharia Civil e Engenharia de alimentos, pois são necessários para o desenvolvimento das aulas práticas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e, são imprescindíveis, para a fixação do conteúdo teórico e, portanto para o aprendizado necessário para a formação acadêmica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A aquisição dos materiais de laboratório acima descritos é necessária para proporcionar condições adequadas de aprendizagem à comunidade acadêmica de graduação, refletindo diretamente na qualidade da formação oferecida. Essa melhoria impacta positivamente não apenas os estudantes e docentes envolvidos, mas também, de forma indireta, toda a comunidade atendida pela universidade.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 - Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo realizadas cotações por meio do sistema Banco de Preços, em atendimento aos incisos I, II e IV da Lei 14.133/2021, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 - O critério de formação de preços foi o de MÉDIA dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
1	3	Unid	Acetato de Sódio 500 gr	R\$ 25,98	R\$ 77,94
			Banco de Preços	R\$ 25,98	
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
2	1	Unid	Acetona PA Embalagem 1000 ml	R\$ 42,90	R\$ 42,90
			Banco de Preços	R\$ 42,90	

TERMO DE REFERÊNCIA



Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
3	6	Unid	Alcool Etílico Absoluto (etanol) 1000 ml	R\$ 43,77	R\$ 262,62
			Banco de Preços	R\$ 43,77	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
4	2	Unid	Álcool Isopropílico 1000 ml	R\$ 40,56	R\$ 81,12
			Banco de Preços	R\$ 40,56	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
5	2	Unid	Acido Nítrico PA 1000 ml	R\$ 83,16	R\$ 166,32
			Banco de Preços	R\$ 83,16	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
6	1	Unid	Acido Oxálico PA 500 gr	R\$ 36,06	R\$ 36,06
			Banco de Preços	R\$ 36,06	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
7	1	Unid	Diclorometano 99% 1000 ml	R\$ 56,00	R\$ 56,00
			Banco de Preços	R\$ 56,00	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
8	2	Unid	Eter Etílico PA 1000 ml	R\$ 119,40	R\$ 238,80
			Banco de Preços	R\$ 119,40	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
9	1	Unid	Glicose Anidra 250 gr	R\$ 24,77	R\$ 24,77
			Banco de Preços	R\$ 24,77	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
10	1	Unid	Glicerina 1000 ml	R\$ 40,91	R\$ 40,91
			Banco de Preços	R\$ 40,91	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
11	1	Unid	Iodato de Potássio 100 gr	R\$ 101,03	R\$ 101,03
			Banco de Preços	R\$ 101,03	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
12	1	Unid	Hidróxido de Amônio 1000 ml	R\$ 31,67	R\$ 31,67
			Banco de Preços	R\$ 31,67	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
13	1	Unid	Hidróxido de Sódio 500 gr	R\$ 16,52	R\$ 16,52
			Banco de Preços	R\$ 16,52	

TERMO DE REFERÊNCIA



Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
14	2	Unid	Solução padrão de condutividade 250 ml	R\$ 98,74	R\$ 197,48
			Banco de Preços	R\$ 98,74	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
15	1	Unid	Permanganato de potássio 100 gr	R\$ 78,61	R\$ 78,61
			Banco de Preços	R\$ 78,61	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
16	1	Unid	Solução tampão Ph 4,00 500 ml	R\$ 46,08	R\$ 46,08
			Banco de Preços	R\$ 46,08	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
17	1	Unid	Solução tampão Ph 7,00 500 ml	R\$ 50,60	R\$ 50,60
			Banco de Preços	R\$ 50,60	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
18	1	Unid	Solução tampão Ph 10 500 ml	R\$ 39,49	R\$ 39,49
			Banco de Preços	R\$ 39,49	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
19	6	Unid	Becker de Vidro 50 ml	R\$ 7,26	R\$ 43,56
			Banco de Preços	R\$ 7,26	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
20	12	Unid	Becker de Vidro 100 ml	R\$ 5,97	R\$ 71,64
			Banco de Preços	R\$ 5,97	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
21	12	Unid	Becker de Vidro 250 ml	R\$ 9,30	R\$ 111,60
			Banco de Preços	R\$ 9,30	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
22	6	Unid	Becker de Vidro 1000 ml	R\$ 29,79	R\$ 178,74
			Banco de Preços	R\$ 29,79	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
23	3	Unid	Bureta de vidro 25 ml	R\$ 93,18	R\$ 279,54
			Banco de Preços	R\$ 93,18	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
24	10	Unid	Escova para lavagem 10mm	R\$ 12,15	R\$ 121,50
			Banco de Preços	R\$ 12,15	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
------	------	------	-----------	----------------	---------------

TERMO DE REFERÊNCIA



25	10	Unid	Escova para lavagem 20mm	R\$ 13,00	R\$ 130,00
			Banco de Preços	R\$ 13,00	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
26	10	Unid	Espátula de inox 15cm	R\$ 11,59	R\$ 115,90
			Banco de Preços	R\$ 11,59	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
27	3	Unid	Papel Indicador Ph 0-14	R\$ 97,60	R\$ 292,80
			Banco de Preços	R\$ 97,60	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
28	3	Unid	Papel Filtro Qualitativo 80 gr	R\$ 15,00	R\$ 45,00
			Banco de Preços	R\$ 15,00	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
29	1	Unid	Papel Filtro Quantitativo 12cm	R\$ 94,34	R\$ 94,34
			Banco de Preços	R\$ 94,34	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
30	2	Unid	Pipeta Pasteur 3 ml	R\$ 51,93	R\$ 103,86
			Banco de Preços	R\$ 51,93	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
31	3	Unid	Pipetador Pi-pamp 10 ml	R\$ 31,70	R\$ 95,10
			Banco de Preços	R\$ 31,70	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
32	8	Unid	Pipetador de segurança 3 vias	R\$ 34,87	R\$ 278,96
			Banco de Preços	R\$ 34,87	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
33	10	Unid	Proveta de vidro 10 ml	R\$ 11,09	R\$ 110,90
			Banco de Preços	R\$ 11,09	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
34	10	Unid	Proveta de vidro 100 ml	R\$ 20,02	R\$ 200,20
			Banco de Preços	R\$ 20,02	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
35	3	Unid	Proveta de vidro 500 ml	R\$ 64,46	R\$ 278,96
			Banco de Preços	R\$ 64,46	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
------	------	------	-----------	----------------	---------------

TERMO DE REFERÊNCIA



36	3	Unid	Proveta de vidro 1000 ml	R\$ 64,88	R\$ 194,64
			Banco de Preços	R\$ 64,88	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
37	20	Unid	Tela de Amianto 14x14 cm	R\$ 22,93	R\$ 458,60
			Banco de Preços	R\$ 22,93	

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 – A presente contratação será realizada por item, afim de ampliar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.2 Os bens deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos dessa contratação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do empenho, em remessa única, no Almoxarido central da Universidade Estadual de Maringá, bloco O10, situado na av. Colombo, 5790, Jardim Universitário, Maringá, PR.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 9.1 conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de na ser obrigatória a formalização de contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.2 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UEM, CNPJ 79.151.312/0001-56, Avenida Colombo, nº 5790, Zona 7, Maringá – PR, CEP 87020-001, Cidade (Maringá)/PR, constando número da licitação/Dispensa, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

TERMO DE REFERÊNCIA



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot \frac{I}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há necessidade de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto ser uma compra de material de consumo conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material, em cota e pagamento único.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17 VIGÊNCIA:

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão DTC : 53.10.00.0

Dotação Orçamentaria - 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500

Ação programática 2.53.000.0980

Natureza de Despesa: 3.3.90.30.3035

19.2 Atesto o alinhamento da presente Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 UEM ,informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Item 1 - Numero de ordem PCA 2026- 77
Item 2 - Numero de ordem PCA 2026- 79
Item 3 - Numero de ordem PCA 2026- 10656
Item 4 - Numero de ordem PCA 2026- 211
Item 5 - Numero de ordem PCA 2026- 5018
Item 6 - Numero de ordem PCA 2026- 10860
Item 7 - Numero de ordem PCA 2026- 4385
Item 8 - Numero de ordem PCA 2026- 1282
Item 9 - Numero de ordem PCA 2026- 1049
Item 10 - Numero de ordem PCA 2026- 1597
Item 11 - Numero de ordem PCA 2026- 3721
Item 12 - Numero de ordem PCA 2026- 3803
Item 13 - Numero de ordem PCA 2026- 1655
Item 14 - Numero de ordem PCA 2026- 4354
Item 15 - Numero de ordem PCA 2026- 3303
Item 16 - Numero de ordem PCA 2026- 4378
Item 17 - Numero de ordem PCA 2026- 4377
Item 18 - Numero de ordem PCA 2026- 4379
Item 19 - Numero de ordem PCA 2026- 8839
Item 20 - Numero de ordem PCA 2026- 952
Item 21 - Numero de ordem PCA 2026- 5119
Item 22 - Numero de ordem PCA 2026- 5118
Item 23 - Numero de ordem PCA 2026- 486
Item 24 - Numero de ordem PCA 2026- 5102
Item 25 - Numero de ordem PCA 2026- 5104
Item 26 - Numero de ordem PCA 2026- 1234
Item 27 - Numero de ordem PCA 2026- 3211
Item 28 - Numero de ordem PCA 2026- 3200

TERMO DE REFERÊNCIA



Item 29 - Numero de ordem PCA 2026- 3201
Item 30 - Numero de ordem PCA 2026- 8868
Item 31 - Numero de ordem PCA 2026- 3396
Item 32 - Numero de ordem PCA 2026- 3395
Item 33 - Numero de ordem PCA 2026- 3674
Item 34 - Numero de ordem PCA 2026- 3666
Item 35 - Numero de ordem PCA 2026- 3676
Item 36 - Numero de ordem PCA 2026- 3673
Item 37 - Numero de ordem PCA 2026- 4538

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.


21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. Gerenciamento de Risco




O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, em razão do valor.

Maringá, 07 de Abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **WANDO MARCIO CARRERA**
Data: 14/04/2026 11:02:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Wando Marcio Carrera
Responsável pela elaboração da TR

ANEXO I-C

	UEM - Universidade Estadual de Maringá Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta		
--	--	--	--

TERMO DE REFERÊNCIA

CORRESPONDE AOS ITENS 74 A 84

1 OBJETO

1.1 Aquisição de material de copa e cozinha para o departamento de tecnologia DTC, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód.Catmat	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	7303.59057	485789	Tigela Bowls	04	UN	R\$ 121,02	R\$ 484,08
2	7303.18334	455573	Faca aço inox	04	UN	R\$ 102,32	R\$ 409,28
3	7303.101123	631649	Tabua para Corte	10	UN	R\$ 79,87	R\$ 798,70
4	7303.113507	623407	Bailarina para Bolo	03	UN	R\$ 55,99	R\$ 167,97
5	7303.86532	450225	Rolo para Massa	05	UN	R\$ 48,87	R\$ 244,35
6	7303.42265	328792	Espátula de Inox	06	UN	R\$ 24,28	R\$ 145,68
7	7303.42266	484178	Kit para confeitado bolo	02	UN	R\$ 69,29	R\$ 138,58
8	7303.106481	464994	Saco Manga	05	UN	R\$ 31,39	R\$ 156,95
9	7303.42244	623407	Forma redonda de alumínio	03	UN	R\$ 68,36	R\$ 205,08
10	7303.36772	616972	Panela de Pressão 6 L	02	UN	R\$ 206,48	R\$ 412,96
11	7303.74650	616482	Frigideira de alumínio	03	UN	R\$ 148,82	R\$ 446,46

1.1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1

Item 1 - Tigela, FORMATO: Redondo, MATERIAL: Melamina, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 2 - Faca para carne, MATERIAL: Lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno, com proteção antibacteriana, DIMENSÃO: TAMANHO: 08", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com lâmina lisa, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 3 - Tábua para corte brancaUSO: Corte de pães e laticínios, FORMATO: Retangular, MATERIAL: Polietileno, TAMANHO: Largura: 30cm, Comprimento: 50cm, Espessura: 1cm (variação de +/- 10%), COR: Branca,

Item 4 - Bailarina, TIPO: Para bolo,MATERIAL: Aço inoxidável ou alumínio, DIMENSÃO: Diâmetro: 30cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com sistema giratório, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 5 - Rolo para massa, TIPO: Com cabo,MATERIAL: Madeira, TAMANHO: 50cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 6 - Espátula, FORMATO: Largura 80mm reta, MATERIAL: Inox e cabo em plástico (polipropileno), UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 7 - Kit para confeitado bolos, Contendo 12 bicos para confeitado ,profissional, Modelo crespado especial, Em aço inox, 1 saco para confeitado em Nylon Resinado, Tamanho Grande, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 8 - Saco, TIPO: Manga, USO: Para Confeitar, MATERIAL: Silicone, COMPRIMENTO: 24cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 9 - Forma redonda, USO: Profissional, MATERIAL: Alumínio, resistente, Com cordão grosso na borda e polido com fundo falso, GRAMATURA: Diâmetro de 25cm, Altura de 5cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 10 - Panela de pressão, MATERIAL: Alumínio polido, CAPACIDADE: 6 litros, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com válvula de escape e segurança, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Item 11 - Frigideira, TIPO: Industrial, MATERIAL: Alumínio com revestimento em teflon, CAPACIDADE: 3,4 litros, DIÂMETRO: 30cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 – Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 - A contratada ficará responsável pela entrega dos objetos em uma única parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega deverá ser feita no almoxarifado central da UEM, situada no Bloco O10, na Avenida Colombo, n.º 5790, Maringá/PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O departamento de tecnologia - DTC da Universidade Estadual de Maringá (UEM) identifica a necessidade de aquisição de materiais para os laboratórios de Gastronomia, que desempenham um papel fundamental na formação acadêmica e técnica e são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de formação acadêmica, bem como para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Gastronomia e Engenharia de alimentos, pois são necessários para o desenvolvimento das aulas práticas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e, são imprescindíveis, para a fixação do conteúdo teórico e, portanto para o aprendizado necessário para a formação acadêmica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A escolha da solução composta pela aquisição dos materiais de copa e cozinha é justificada por uma análise técnica que visa atender ao laboratório de gastronomia do departamento de tecnologia – DTC e aos alunos de graduação do curso de tecnologia em gastronomia e engenharia de alimentos e de outros cursos afins que desenvolvem atividades de estágio (obrigatório e não obrigatório), trabalho de conclusão de curso (TCC) e práticas das disciplinas, permitindo que os alunos obtenham uma maior qualificação em sua formação acadêmica, resultando em profissionais mais preparados para o mercado.

Os aspectos técnicos da escolha desses materiais são fundamentais para assegurar o desempenho adequado em aulas práticas e análises.

A escolha dos materiais de laboratórios foi feita com base em uma análise detalhada de mercado, garantindo que os recursos adquiridos ofereçam o melhor retorno sobre o investimento. Esse retorno é evidenciado pela melhoria na eficiência administrativa e pela potencial redução de custos indiretos, como a diminuição do tempo de inatividade e a otimização dos processos de pesquisa. A aquisição planejada contribui para um uso mais racional dos recursos financeiros da universidade, promovendo a sustentabilidade econômica das atividades do laboratório.

Por fim, a solução escolhida atende de forma mais eficiente e eficaz ao interesse público, pois fortalece a capacidade de pesquisa e inovação da universidade, beneficiando não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade em geral.

TERMO DE REFERÊNCIA

**4 PESQUISA DE PREÇOS**

4.1 - Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo realizadas cotações por meio do sistema Banco de Preços, em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V da Lei 14.133/2021, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 - O critério de formação de preços foi o de MÉDIA dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
1	04	Unid	Tigela, FORMATO: Redondo, MATERIAL: Melamina, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 121,02	R\$ 484,08
			Banco de Preços	R\$ 121,02	
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
2	04	Unid	Faca para carne, MATERIAL: Lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno, com proteção antibacteriana, DIMENSÃO: TAMANHO: 08", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com lâmina lisa, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 102,32	R\$ 409,28
			Banco de Preços	R\$ 102,32	
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
3	10	Unid	Tábua para corte brancaUSO: Corte de pães e laticínios, FORMATO: Retangular, MATERIAL: Polietileno, TAMANHO: Largura: 30cm, Comprimento: 50cm, Espessura: 1cm (variação de +/- 10%), COR: Branca,	R\$ 79,87	R\$ 798,70
			Banco de Preços	R\$ 79,87	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
4	03	Unid	Bailarina, TIPO: Para bolo, MATERIAL: Aço inoxidável ou alumínio, DIMENSÃO: Diâmetro: 30cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com sistema giratório, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 55,99	R\$ 167,97
			Banco de Preços	R\$ 55,99	
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot

TERMO DE REFERÊNCIA



5	05	Unid	Rolo para massa, TIPO: Com cabo, MATERIAL: Madeira, TAMANHO: 50cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 48,87	R\$ 244,35
			Banco de Preços	R\$ 48,87	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
6	06	Unid	Espátula, FORMATO: Largura 80mm reta, MATERIAL: Inox e cabo em plástico (polipropileno), UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 24,28	R\$ 145,68
			Banco de Preços	R\$ 24,28	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
7	02	Unid	Kit para confeitar bolos, Contendo 12 bicos para confeitar ,profissional, Modelo crespo especial, Em aço inox, 1 saco para confeitar em Nylon Resinado, Tamanho Grande, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 69,29	R\$ 138,58
			Banco de Preços	R\$ 69,29	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
8	05	Unid	Saco, TIPO: Manga, USO: Para Confeitar ,MATERIAL: Silicone, COMPRIMENTO: 24cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 31,39	R\$ 156,95
			Banco de Preços	R\$ 31,39	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
9	03	Unid	Forma redonda, USO: Profissional, MATERIAL: Alumínio , resistente, Com cordão grosso na borda e polido com fundo falso, GRAMATURA: Diâmetro de 25cm, Altura de 5cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 68,36	R\$ 205,08
			Banco de Preços	R\$ 68,36	

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
------	------	------	-----------	----------------	---------------

TERMO DE REFERÊNCIA



10	02	Unid	Panela de pressão, MATERIAL: Alumínio polido, CAPACIDADE: 6 litros, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com válvula de escape e segurança, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 206,48 Banco de Preços	R\$ 412,96
----	----	------	--	-------------------------------	------------

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unit	Valor.Máx.Tot
11	03	Unid	Frigideira, TIPO: Industrial, MATERIAL: Alumínio com revestimento em teflon, CAPACIDADE: 3,4 litros, DIÂMETRO: 30cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	R\$ 148,82 Banco de Preços	R\$ 446,46

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

A presente contratação será realizada por item, afim de ampliar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.2 Os bens deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos dessa licitação/contratação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 A contratada ficará responsável pela entrega dos objetos em uma única parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE)

emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega deverá ser feita no almoxarifado central da UEM, situada no Bloco O10, na Avenida Colombo, n.º 5790, Maringá/PR.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 9.1 conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.2 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UEM, CNPJ 79.151.312/0001-56, Avenida Colombo, nº 5790, Zona 7, Maringá – PR, CEP 87020-001, Cidade (Maringá)/PR, constando número da licitação/Dispensa, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há necessidade de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto em razão da peculiaridade do objeto que não é divisível.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto ser uma compra de material de consumo conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material, em cota e pagamento único.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17 VIGÊNCIA:

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e/ou da Resolução nº 59/2024-PGE. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão DTC : 53.10.00.0

Dotação Orçamentaria - 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500

ação programática 2.53.248.1254

Natureza da Despesa: 3390.3021

19.2 Atesto o alinhamento da presente Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 UEM ,informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Item 1 - Numero de ordem PCA 2026- 11529
Item 2 - Numero de ordem PCA 2026- 11530
Item 3 - Numero de ordem PCA 2026- 11531
Item 4 - Numero de ordem PCA 2026- 11532
Item 5 - Numero de ordem PCA 2026- 11533
Item 6 - Numero de ordem PCA 2026- 11534
Item 7 - Numero de ordem PCA 2026- 11535
Item 8 - Numero de ordem PCA 2026- 11536
Item 9 - Numero de ordem PCA 2026- 11537
Item 10 - Numero de ordem PCA 2026- 11540
Item 11 - Numero de ordem PCA 2026- 11539

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.


21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, em razão do valor.

Maringá, 10 de Abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **WANDO MARCIO CARRERA**
Data: 16/04/2026 09:01:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Wando Marcio Carrera
Responsável pela elaboração da TR

TERMO DE REFERÊNCIA

CORRESPONDE AO ITEM 85

1 OBJETO

Aquisição de 150 (cento e cinquenta) unidades de fita adesiva mágica, com dimensões de 19mm x 33m, destinada à Divisão de Processamento Técnico (PTE/BCE) da Biblioteca Central Maria Grazia Zolet, para utilização na identificação, etiquetagem, organização e preservação de materiais bibliográficos, conforme especificações na planilha abaixo:

Item	Cód. GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDA DE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	7504- 42053	279208	Fita adesiva mágica com dimensões de 19mm x 33m	150	UN	R\$18,67	R\$ 2.800,50

1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1O produto deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- a) largura de 19mm e comprimento de 33m;
- b) fita adesiva mágica apropriada para etiquetagem de materiais bibliográficos;
- c) baixo nível de resíduos após remoção, de modo a não causar danos aos materiais

etiquetados;

d) transparência compatível com a visualização das informações aplicadas;

e) resistência à umidade e à luz, preservando a integridade da etiquetagem ao longo do tempo;

f) espessura mínima de 0,10 mm;

g) embalagem individual adequada à proteção do produto contra sujeira e umidade.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento deverá ocorrer em remessa única, no quantitativo total de 150 (cento e cinquenta) unidades, em um prazo de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, no endereço: Universidade Estadual de Maringá, situada na Av. Colombo, 5790. Divisão de Almoxarifado Central, Bloco O-10.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento de fita adesiva mágica, item indispensável às rotinas de identificação e etiquetagem de materiais bibliográficos sob responsabilidade da Divisão de Processamento Técnico (PTE/BCE), no âmbito da Biblioteca Central Maria Grazia Zolet.

A utilização do insumo é necessária para garantir a padronização da organização do acervo, a preservação dos materiais informacionais e a continuidade das atividades de processamento técnico, etapas essenciais para o adequado tratamento, controle e disponibilização dos materiais à comunidade acadêmica.

A ausência do produto compromete a rotina operacional da unidade, ocasionando atraso na preparação e recuperação bibliográfica, com reflexos diretos na prestação do serviço público bibliotecário.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A solução consiste na aquisição de 150 (cento e cinquenta) unidades de fita adesiva mágica 19mm x 33m, destinada ao uso na etiquetagem e identificação dos materiais bibliográficos processados pela Divisão de Processamento Técnico (PTE/BCE), no âmbito da Biblioteca Central Maria Grazia Zolet.

O objeto deverá ser fornecido de forma compatível com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando-se que o produto deverá apresentar transparência adequada, baixa agressividade ao suporte, resistência à umidade e à luz, espessura mínima de 0,10 mm e baixo nível de resíduos após eventual remoção, de modo a preservar a integridade dos materiais bibliográficos e a qualidade da identificação aplicada.

A solução compreende, ainda, o fornecimento integral da quantidade estimada, em embalagem adequada, com entrega em prazo compatível com a necessidade da unidade requisitante. O recebimento deverá ocorrer mediante conferência da conformidade do item entregue com as exigências técnicas estabelecidas, rejeitando-se eventuais produtos em desconformidade.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços, em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e

economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3 Os bens deverão ser, perfeitamente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 Os objetos dessa licitação/contratação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9 DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única, no endereço: Universidade Estadual de Maringá, situada na Av. Colombo, 5790. Divisão de Almoxarifado Central, Bloco O-10.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Para este objeto fica dispensado o recebimento provisório nos termos do art. 359 do Decreto n. 10.086, de 2022 e inciso II do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias (dez dias), após a entrega, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de

dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$
$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigência de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14 SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto ser a compra de material de consumo, conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega deste.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17 VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18 DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: BCE 06.05.20

Dotação Orçamentária: 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500 - Recursos Próprios

Programa de Trabalho: 2.06.249.0031

Elemento de Despesa: 33903016

19.2 As Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, com número de ordem 1442, disponível no endereço eletrônico: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-do-Estado-PCA-E-2026>, informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.


21 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.


22 GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.


Maringá, 22 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ELAINE CRISTINA SOARES LIRA**
Data: 24/04/2026 10:48:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Elaine Cristina Soares Lira
Cargo: Bibliotecária - Matrícula: 1071
E-mail: ecslira@uem.br
Fone: (44) 3011-5255

Documento assinado digitalmente
 **SINTIQUE RAQUEL DE CASTRO ELEUTERIO**
Data: 24/04/2026 10:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Síntique Raquel de Castro Eleutério
Cargo: Bibliotecária - Matrícula: 184582
E-mail: srceleuterio@uem.br
Fone: (44) 3011-5319

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO MENON MIRANDA**
Data: 24/04/2026 11:23:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gustavo Menon Miranda
Cargo: Técnico administrativo -Matrícula: 253726
E-mail: gmmiranda2@uem.br



Fone: (44) 3011-4308

TERMO DE REFERÊNCIA

CORRESPONDE AOS ITENS 86 A 88

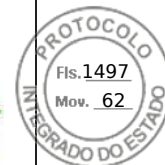
1. OBJETO

Aquisição de lixeiras diversas para atender a demanda da Pró Reitoria de Recursos Humanos, conforme especificações da planilha abaixo:

item	Cód.GMS	Cód. CAT/MA TCcomp rasGov	Especificação	Qtde	Un id	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	791029492	629855	Lixeira, MATERIAL: Polipropileno, CAPACIDADE: 30 litros, VARIAÇÃO: 10%, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com tampa, sem bolhas ou qualquer outro defeito no material. Cesto e tampa injetados em plástico polipropileno. Com aro interno para acomodação de saco. Cor preta.	4	Un	R\$ 107,22	R\$ 428,88
2	791018445	259224	Lixeira, Inox, Para BWC, com tampa e pedal de aço inox, cilíndrica, com recipiente plástico removível (cesto), CAPACIDADE: 5 litros	20	Un	R\$ 62,12	R\$1.242,40
3	791011439 9	275087	Lixeira, TIPO: Telada, MATERIAL: Metal: CAPACIDADE: 10 litros, MEDIDAS: Altura: 28,5cm, Largura: 28,5cm, Profundidade: 26,5cm. Cor preta	55	Un	R\$28,98	R\$1.593,90



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantagem na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 São as mesmas constantes na tabela

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 1 A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os materiais em parcela única, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE), emitida pela Divisão de Compras da UEM, na Divisão de Almoxarifado Central (materiais de consumo) da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790. CEP 87020-900- Maringá-PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários (PRH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) identificou a necessidade de atualização e padronização das lixeiras utilizadas em seus setores administrativos, sanitários e de apoio (cozinha e áreas correlatas). Atualmente, as lixeiras administrativas foram instaladas há cerca de 20 anos, estando desgastadas e defasadas; as lixeiras dos banheiros são abertas, o que representa



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



risco à saúde pública; e nas áreas de cozinha e outros setores existem lixeiras improvisadas, inadequadas ao volume e tipo de resíduos gerados.

Com o objetivo de atender às normas de higiene, segurança e funcionalidade, faz-se necessária a aquisição dos seguintes utensílios:

1. **Lixeira de pedal com compartimento duplo, capacidade de 30 litros, em plástico**, destinada ao uso em setores administrativos e áreas de grande geração de resíduos, permitindo a separação básica de recicláveis e/ou orgânicos.
2. **Lixeiras com pedal em inox, capacidade de 5 litros**, indicadas para banheiros e áreas com maior necessidade de higiene, proporcionando fechamento automático, evitando contato direto e minimizando riscos sanitários.
3. **Lixeira tipo cesto de lixo aramado em ferro, capacidade de 10 litros**, destinada a áreas de menor geração de resíduos ou de apoio, como corredores, salas de espera ou áreas técnicas, garantindo durabilidade e funcionalidade.

A aquisição dessas lixeiras visa a modernização dos ambientes da PRH/UEM, garantindo melhores condições de higiene, facilidade de manutenção, padronização dos utensílios e atendimento às normas de saúde pública e segurança institucional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de lixeiras adequadas às diversas demandas da PRH/UEM, com materiais, capacidade e design compatíveis com cada ambiente, garantindo funcionalidade, higiene e durabilidade.

- **Lixeira de pedal com compartimento, capacidade de 30 litros, em plástico:** destinada às áreas administrativas e de maior geração de resíduos, permitindo a separação básica de recicláveis e/ou orgânicos, com acionamento por pedal para evitar contato manual e facilitar o uso.
- **Lixeiras com pedal em inox, capacidade de 5 litros:** indicadas para banheiros e áreas de higiene crítica, proporcionando fechamento automático, fácil limpeza e redução de riscos sanitários.
- **Lixeira tipo cesto de lixo aramado em ferro, capacidade de 10 litros:** destinada a áreas de menor geração de resíduos ou de apoio, garantindo resistência, durabilidade e manutenção prática.

A implementação dessas lixeiras substituirá os utensílios antigos, desgastados ou improvisados, promovendo a padronização, segurança sanitária, higiene e melhor organização dos ambientes da PRH/UEM.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor.Máx.Unitário	Valor.Máx.Total
1	4	UN	Lixeira, MATERIAL: Polipropileno, CAPACIDADE: 30 litros,	R\$ 107,22	R\$ 428,88
			Sistema Banco de preços	R\$ 107,22	
2	20	UN	Lixeira, Inox, Para BWC, com tampa e pedal de aço	R\$ 62,12	R\$ 1.242,40
			Sistema Banco de preços	R\$ 62,12	
3	55	UN	Lixeira, TIPO: Telada, MATERIAL: Metal	R\$ 28,98	R\$ 1.593,90
			Sistema Banco de preços	R\$ 28,98	

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



- 6.1** Os bens deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais duráveis, recicláveis, atóxicos e resistentes, em conformidade com normas específicas da ABNT;
- b) Observar os requisitos ambientais para certificações reconhecidas pelo INMETRO, priorizando produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a similares;
- 6.2** Observar os requisitos ambientais para certificações reconhecidas pelo INMETRO, priorizando produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a similares
- 6.3** As lixeiras deverão ser acondicionadas, preferencialmente, em embalagens individuais adequadas, com volume mínimo e materiais recicláveis, garantindo proteção durante transporte e armazenamento;
- 6.4** Considerar fornecedores locais sempre que possível, reduzindo impactos ambientais do transporte e apoiando a economia regional;
- 6.5** Priorizar produtos com longa vida útil, que reduzam a necessidade de reposição e consumo de recursos;
- 6.6** Facilitar a separação de resíduos, com lixeiras de compartimento duplo, incentivando a coleta seletiva e a gestão adequada de resíduos;
- 6.7** Reduzir impactos químicos e sanitários, com lixeiras de fácil higienização e acionamento por pedal, evitando contato manual e uso excessivo de produtos de limpeza agressivos.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 Objeto dessa licitação/contratação é (são) classificado (s) como bem comum (ns), pois possui (em) especificação (ões) usual (is) de mercado e padrão (ões) de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



9.1 1 O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado Central (materiais de consumo) da UEM, Bloco O10, ou ainda conforme indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Para este objeto fica dispensado o recebimento provisório nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 As lixeiras deverão ser acondicionadas, preferencialmente, em embalagens individuais adequadas, com volume mínimo e materiais recicláveis, garantindo proteção durante transporte e armazenamento;

10.1.10.4 Considerar fornecedores locais sempre que possível, reduzindo impactos ambientais do transporte e apoiando a economia regional;

6.5 Priorizar produtos com longa vida útil, que reduzam a necessidade de reposição e consumo de recursos;

10.1.10.5 Facilitar a separação de resíduos, com lixeiras de compartimento duplo, incentivando a coleta seletiva e a gestão adequada de resíduos;

10.1.10.6 Reduzir impactos químicos e sanitários, com lixeiras de fácil higienização e acionamento por pedal, evitando contato manual e uso excessivo de produtos de limpeza agressivos.



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso está não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigência de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza de despesa dos produtos a serem adquiridos.



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto ser uma compra de material de consumo, conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material e pagamento único.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Pró Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários. PRH – 08.00.00.0

Dotação: 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500

Programa de Trabalho: 2.08.249.0001

Elemento de Despesa: 33903022.

19.1.1 E as demais dotações conforme OF (Ordem de Fornecimento) ou TED.

19.2 As Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, com número de ordem 1907 e 1908 informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900
CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56
Inscrição Estadual: Isenta



21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 05 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br IRACEMA CAPELLI STEM MENOCCHI
Data: 23/04/2026 15:32:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Iracema Capelli Stem Menocci

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 [duas] horas (prorrogável por igual período a critério do pregoeiro), a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

1.1 O licitante que for cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), ficará dispensado da apresentação dos documentos de habilitação que constam no item 1.2, contemplados nos referidos cadastramentos.

1.1.1 É dever do licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou GMS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

1.1.2 O pregoeiro verificará eletronicamente a situação cadastral, sendo que os documentos que não estiverem contemplados e ou/válidos nos referidos cadastramentos, deverão ser apresentados pelo licitante dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

1.1.3 **Para formalização da contratação, o licitante vencedor deste certame, caso não tenha, DEVERÁ se cadastrar no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR/GMS.**

1.2 Os documentos de habilitação de que se trata este anexo são:

1.2.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.2.3 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.(Anexo V).

1.2.4 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.2.4.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.4.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.2.4.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.2.4.3 Na hipótese do item 1.2.4.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.3 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.4 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de materiais de manutenção predial, elétricos, laboratoriais, de copa e cozinha, limpeza e expediente, para atender à Universidade Estadual de Maringá.

1. Especificações técnicas:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS

2. A validade da proposta é de 90 [noventa] dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.
- 4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.
- 4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.
5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.
Atualização: maio 2025

**ANEXO IV****MODELO DE PROCURAÇÃO1**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 90046/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

Para os itens 01 a 36

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Divisão de marcenaria da UEM, Bloco O11, situado na Avenida Colombo, 5790. CEP 87020-900, Maringá-PR
Responsável pelo Recebimento: Paulo Aparecido da Silva
Telefone: (44) 3011-5150
Horário de Funcionamento: das 7:40h às 11:40h e das 13:30h às 17:30h

Para os itens 37 a 88

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Divisão de Almoxarifado Central da UEM, Bloco O10, situado à Av. Colombo, nº 5790, Zona 07, CEP 87020-900, Maringá-PR.
Responsável pelo Recebimento: Gilmar Becker
Telefone: (44) 3011-4230
Horário de Funcionamento: das 7:40h às 11:40h e das 13:30h às 17:30h



ANEXO VII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº XXXXXXXX

VALOR XXXXXXXX

1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Integra este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º 90046/2026, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º 25.861.725-8, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

2.3 O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

2.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR: o contratado deverá:

- 3.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- 3.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 3.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega,
- 3.5** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 3.6** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 3.7** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.8** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 3.8.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 3.8.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 3.8.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 3.9.** adotar as práticas de sustentabilidade elencadas no Termo de Referência.

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 4.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- 4.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item e ou lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
- a)** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b)** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c)** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 4.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 4.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
- 4.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025



4.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

4.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

4.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

4.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

4.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90046/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025

**ANEXO IX****DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 – exclusiva ME e EPP.

Atualização: maio 2025

Documento: **EDITAL900462026EProtoc25.861.7258.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Robson Goncalves da Silva (XXX.434.259-XX)** em 28/05/2026 10:26 Local: UEM/PAD/DMP/COP/LIC, **Vanessa Carvalho Fenelon (XXX.302.929-XX)** em 28/05/2026 10:28 Local: UEM/PAD/DMP/COP/LIC.

Inserido ao protocolo **25.861.725-8** por: **Simone de Campos Gravena** em: 28/05/2026 10:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: